

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS BARREIRAS ALFANDEGÁRIAS PARA AS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2005-2012)

Mariana Leticia de Souza Vicente (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Gilberto Joaquim Fraga (Orientador). E-mail: gjfraga@uem.br. Helis Cristina Zanuto Andrade Santos (Coorientadora). E-mail: hczasantos2@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Economia Internacional/ Relações do Comércio; Política Comercial; Integração

Palavras-chave: Barreiras tarifárias. Barreiras não tarifárias. Comércio internacional.

RESUMO

A literatura de economia internacional possui teorias e aplicações empíricas que abordam as consequências da adoção de barreiras comerciais. Sejam barreiras tarifárias, ou não tarifárias, os efeitos podem ser diferentes sobre o comércio internacional e o país. O entendimento desses efeitos requer inicialmente uma análise de como tem sido abordada a política comercial no país ao longo do tempo. O presente trabalho tem como objetivo geral comparar a evolução das barreiras alfandegárias das importações brasileiras de combustíveis, óleos e seus derivados advindos da China no período de 2005 a 2012. A metodologia utiliza de uma apresentação teórica e bibliográfica acerca do tema, evidenciando algumas principais políticas comerciais adotadas. Também inclui a coleta de dados secundários, apresentados em gráfico e discutidos ao longo do texto.

INTRODUÇÃO

A adoção de barreiras comerciais é um tema bastante discutido na literatura. No aspecto teórico, existem teorias que buscam identificar os efeitos da adoção de tarifas ou outros tipos de barreiras, com a finalidade de entender se o país deve implementar políticas comerciais mais protecionistas ou de maior abertura comercial. A abertura comercial tende a influenciar o comércio de diferentes formas, a depender de como ocorrem as rodadas de negociações entre os países e as áreas que serão atingidas. Os produtos sujeitos às barreiras comerciais variam desde *commodities* mais simples até o produto mais aprimorado em sua forma industrial (Vianna, 2009).

No caso brasileiro, na década de 1990, o país passou por uma série de reformas em sua política comercial, influenciada pela abertura comercial, a qual transformou o arcabouço tarifário de vários setores da economia. Como consequência, o país reduziu significativamente suas tarifas através de suas participações nas rodadas de negociações e na organização intergovernamental do Mercado Comum do Sul (Mercosul), alterando consideravelmente o comércio brasileiro (Vianna, 2009).

No contexto de observar o comércio entre os países, a China passou a obter grande destaque a partir dos anos 2000, com maior participação e um crescimento rápido e eficiente, acarretando em um aumento de suas exportações. Neste cenário, adquiriu o título de “parceira preferível”, de um extenso conjunto de países (Lima, 2009). Também nesse período, destacam-se as importações de combustível, óleos e seus derivados (capítulo 27 do Sistema Harmonizado). A partir desses pontos, o presente trabalho busca então comparar a evolução das barreiras tarifárias em relação às barreiras não tarifárias das importações brasileiras de combustíveis, óleos e seus derivados advindos da China no período de 2005 a 2012.

REVISÃO DE LITERATURA

Não há uma definição exata para barreira comercial, pode-se interpretá-la de diferentes maneiras, como uma lei, regulamento, política, medida ou prática governamental que estabeleça algum tipo de restrição ao comércio exterior. Dentro da literatura tradicional há duas categorias mais comuns, sendo elas, barreiras tarifárias e barreiras não tarifárias. A primeira, no sentido mais particular, trata-se daquelas tarifas e taxas sobre as importações de determinado país. Havendo um subgrupo, no qual contempla-se a tarifa *ad valorem*, que são impostos cobrados como uma fração do valor das mercadorias. Todavia, na contemporaneidade os governos tendem a preferir as barreiras não tarifárias, diminuindo a importância e o uso deste primeiro grupo. Já a segunda, trata-se de medidas não quantitativas, sendo encontrada de diversas formas, como medidas *antidumping*, esta ocorre quando há exportações a um preço inferior ao praticado no mercado interno ou abaixo dos custos de produção. Visando os possíveis danos à indústria nacional, o Estado tende a impor impostos adicionais sobre esses produtos ou colocam limites nas quantidades importadas. Neste grupo tem também as quotas sanitárias e fitossanitárias, no que lhe concerne, são limitações aos classificados agrícolas, pecuários e alimentícios, aspirando a proteção à saúde pública, fauna ou flora local. Sua imposição envolve limitações na quantidade importada com determinados conservantes e aditivos em sua composição, exigindo testes laboratoriais com certificados sanitários (Sistema Integrado De Comércio Exterior, 2022).

Anderson (2001) destaca em sua obra a importância de medidas que atuam como obstáculos ao comércio e que, portanto, têm efeitos semelhantes às barreiras tarifárias. Porém, que sejam barreiras menos visíveis, que afetem a circulação das mercadorias entre as nações e estejam relacionadas a regulamentações, compras governamentais e impostos indiretos. Para a autora, a utilização de instrumentos não-tarifários tornou-se a única opção de resposta frente às pressões protecionistas domésticas. Especificamente, o objetivo do seu trabalho é a identificação das barreiras não tarifárias incidentes sobre as exportações de calçados brasileiros aos demais países do Mercosul. Uma vez identificadas as principais fontes de restrição da circulação deste tipo de mercadoria, indicou medidas que possam melhorar as condições de comércio entre os países do bloco Mercosul. A principal medida não tarifária foi a uniformização das informações e a etiquetagem dos calçados. A autora conclui que o crescimento acelerado nas exportações de calçados brasileiros para a

Argentina, devido à desvalorização do Real e pela restrição à entrada de produtos chineses, desencadeou uma série de medidas protetivas com o intuito de diminuir as importações desse setor.

A partir dessas considerações, observa-se o quão ampla pode se apresentar a literatura teórica e empírica sobre comércio internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do que foi apresentado, pode-se concluir que as barreiras técnicas, do ponto de vista das importações, têm como principal motivação a proteção aos produtores nacionais e aos empregos. Entretanto, essa estratégia pode desestimular os investimentos, pois ao restringir a entrada de produtos estrangeiros reduz-se também a concorrência mundial, diminuindo-se a necessidade de inovação, além de restringir o acesso a tecnologias. Dessa forma, há uma elevação dos preços que influenciam negativamente o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Para o caso específico do capítulo 27, em termos das barreiras não tarifárias, o Brasil registou uma queda nas notificações de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) entre 2005 e 2008, seguido por uma alta nos anos posteriores, conforme os dados do WTO (2025). Isso evidencia um comportamento oscilante nas notificações por parte do Brasil, indicando alterações na postura regulatória do país e pressões comerciais intensificadas durante a crise financeira norte-americana.

No que se referem às barreiras tarifárias, destaca-se uma isenção dessas barreiras próxima a 100% ao longo do período analisado, como pode ser observado pelo gráfico 1.

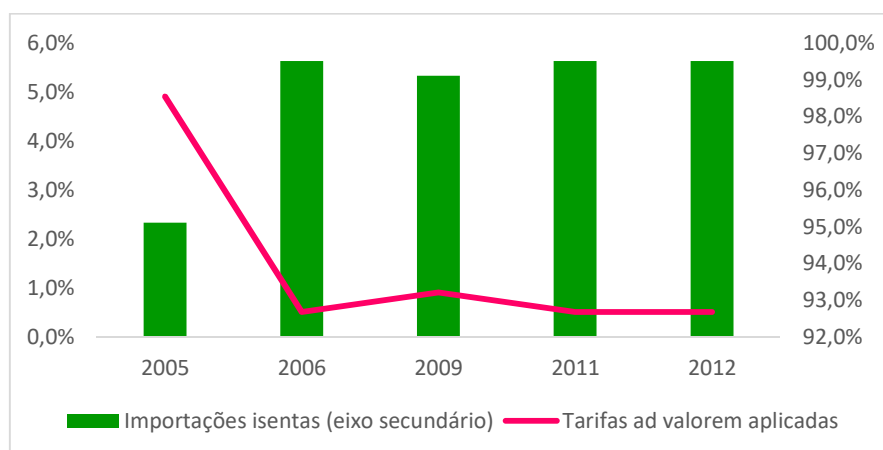


Gráfico 1 – Importações brasileiras de combustíveis, óleos e seus derivados advindos da China (percentual de isenções e percentual tarifário)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do WTO (2025).

O comportamento apresentado evidencia que as importações advindas da China foram beneficiadas por isenções tarifárias, e a principal oscilação ocorreu entre 2005 e 2006, antes do início da crise financeira, sendo realizado ajustes

prévios. Enquanto, para os próximos anos, foi mantida certa estabilidade, como resposta a transformações do comércio internacional.

CONCLUSÕES

A adoção de barreiras comerciais, sejam tarifárias ou fitossanitárias, desempenham um papel central na dinâmica do comércio internacional, afetando a economia de forma dupla, de um lado protegem a indústria nacional contra a concorrência externa, e de outro, podem limitar o acesso a bens mais baratos e avançados. No caso brasileiro, o país passou por uma transição marcante na década de 1990, substituindo o protecionismo para uma estrutura mais integrada com o mercado global, especialmente por meio do Mercosul, resultando na diversidade dos parceiros comerciais, aproveitando dos benefícios da globalização. Dessa forma, constata-se que a estratégia adotada pelo Brasil alinhou-se com a estrutura tarifária, ao promover a integração global sem evitar os interesses nacionais frente às vulnerabilidades expostas pela crise norte americana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa, cujo apoio foi fundamental para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras no Mercosul: o caso de calçados. **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

LIMA, M.A.D. **Avaliação da participação dos produtos chineses na pauta de importação brasileira (2001/2002-2007/2008)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR. **SISCOMEX**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/identificando-mercados-1/barreiras-comerciais>. Acesso em: 30 out. 2024.

VIANNA, C.C. **Política comercial brasileira**: possíveis impactos de uma redução nas tarifas de importação do setor automotivo e têxtil. Dissertação (Mestrado, profissional em economia- área de comércio exterior) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

WTO. WORLD TRADE ORGANIZATION. **WTO STATS**. 2025. Disponível em: <https://stats.wto.org/>. Acesso em: 25 ago. 2025.